

A FRONTEIRA ORIENTAL DO MUNDO HELENÍSTICO: AS FONTES ESCRITAS SOBRE O AMBIENTE CONSTRUÍDO E A SOCIEDADE NAS CIDADES GREGAS DA REGIÃO BACTRO-GANDHARIANA

*Cibele Elisa Viegas Aldrovandi**

RESUMO: Este artigo discorre sobre as fontes escritas utilizadas para compreender o ambiente construído e as formas de interação ocorridas entre as colônias gregas e as demais sociedades existentes na região bactro-gandhariana.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia, Espaço, Pólis, Bactria, Gandhara

THE HELLENISTIC WORLD'S EASTERN FRONTIER: TEXTUAL SOURCES ON BUILT ENVIRONMENT AND SOCIETY IN THE GREEK CITIES OF BACTRO-GANDHARAN REGION

ABSTRACT: This article discusses the textual sources used for understanding the built environment and interactions between Greek eastern colonies and other societies in the Bactro-Gandharan region.

KEYWORDS: Archaeology, Space, Polis, Bactria, Gandhara

I. INTRODUÇÃO

Bactrianae terrae multiplex et varia natura est.
(CÚRCIO VII.4.26)

Sediada na confluência das rotas que interligavam Oriente e Ocidente, a região bactro-gandhariana constitui, espacialmente, a fronteira oriental do mundo grego e, temporalmente, marca o final do período Helenístico, época em que a pólis havia atingido sua última fase de desenvolvimento.

Essa área compreende os antigos territórios da Bactria, na Ásia Central, e de Gandhara, no noroeste da Índia, áreas atualmente pertencentes ao Afeganistão, Paquistão, Índia e às fronteiras ao sul do Turcomenistão, Uzbequistão e Tadjiquistão, uma passagem obrigatória das caravanas que vinham das estepes eurásicas ou do platô iraniano e que seguiam a leste para a China ou ao sul para a região do Vale do Indo e do subcontinente indiano.

A complexidade sociopolítica que permeia essa região revela um território com formas de

* Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado. aldrovan@yahoo.com

ocupação extremamente diversificadas ao longo dos séculos, que incluíram tribos nômades e pastoris, áreas agrícolas rudimentares até assentamentos com elevado grau de urbanização e níveis organizacionais das chamadas sociedades complexas.

Em relação aos assentamentos urbanos, que são o foco desta pesquisa, a região apresentou vestígios materiais de ocupações que remontam ao período da Primeira Urbanização indiana, associado à Civilização do Vale do Indo e também conhecido como Idade do Bronze. Ela também foi a porta de chegada dos clãs de língua indo-ariana, durante o segundo milênio a.C., que marca o início do período Védico na Índia antiga, também conhecido como Idade do Ferro. Nessa época, o território era habitado por sociedades que associavam o nomadismo pastoril à agricultura sedentária e, geralmente, eram dominadas por uma aristocracia local. No primeiro milênio a.C., o território bacto-gandhariano foi conquistado por Ciro I (545-540 a.C.) e se tornou parte do império Aquemênida. Mais tarde, durante os anos de 329-327 a.C., as duas satrapias foram conquistadas pelos exércitos de Alexandre, o Grande.

Essa área fronteiriça do Império de Alexandre, inicialmente sob domínio selêucida, foi governada por quase dois séculos por dinastias gregas ou greco-bactrianas. Uma nova capital, a célebre Ai-Khanum, foi fundada na Bactria oriental, bem como outras cidades e vilarejos de menores proporções. Como confirmam os dados arqueológicos, o urbanismo tomou novo impulso nesse período. Além dos modelos construtivos gregos, os colonos também utilizaram técnicas locais de construção e de irrigação que se integraram em graus variados ao programa urbanístico. O domínio grego dessa região se estendeu até cerca de 135 a.C.



Figura 1. Mapa da Região Bacto-Gandhariana (a partir de Tarn, 1951)

A transferência gradual dos reinos greco-bactrianos para áreas do noroeste indiano, durante o século II a.C., deveu-se à migração maciça de povos nômades vindos do norte. Os reinos indo-gregos, ou greco-indianos, não foram unificados politicamente, mas estiveram sujeitos a contínuas invasões de facções guerreiras que tentavam, provisoriamente, manter o domínio da região.

Durante os três séculos em que os gregos habitaram a região bactro-gandhariana, partes dessa área geográfica foram sucessivamente dominadas por diferentes dinastias, como os indianos Maurya e Shunga, os Shaka (citas), os Partas e, finalmente, no século I a.C. a região passou para o controle de uma das tribos nômades do norte, os Yüeh-chih, que fundaram a dinastia Kushan.

II. FONTES ESCRITAS PARA O ESTUDO DO HELENISMO NA REGIÃO BACTRO-GANDHARIANA: UMA HISTORIOGRAFIA

A pesquisa desenvolvida neste projeto faz uso das fontes escritas e arqueológicas, de modo a compor um quadro analítico-interpretativo no qual os limites de um tipo de evidência possam ser complementados pelos dados provenientes do outro. Neste artigo, são tratadas as informações que provêm das fontes de caráter textual, sob uma perspectiva historiográfica.

As fontes primárias que possibilitam o conhecimento acerca da região que compreendeu as antigas satrapias aquemênidas da Bactria e de Gandhara, área na qual foram fundadas as mais distantes colônias gregas do mundo helenizado, são os autores clássicos e algumas obras da literatura indiana. Em certos casos, algumas narrativas de historiadores e peregrinos budistas chineses, embora sejam mais tardias, registraram descrições sobre essa área e também fornecem algumas informações importantes. Além dessas fontes, parte considerável do conhecimento acerca da história dessa região proveio da numismática que forneceu, pelo menos em parte, a genealogia dos reis gregos que governaram estas regiões durante aproximadamente três séculos.

Entre as fontes secundárias, A. Cunningham que publicou, em 1871, *The Ancient Geography of India*, utilizou as fontes clássicas e a narrativa do peregrino chinês Hsuan-Tsang como base de seu extenso levantamento arqueológico, como diretor do *Archaeological Survey of India*, sobre as antigas cidades das diferentes regiões do subcontinente, principalmente na região noroeste, que durante certo tempo esteve sob domínio indo-grego. O trabalho de Cunningham é extremamente detalhado, no entanto, o estudioso muitas vezes, ao fazer referências às obras clássicas citou apenas o nome do escritor, sem mencionar o excerto que contém as informações por ele utilizadas.

Além dele, no século XX, dois livros se tornaram os marcos das pesquisas sobre a história do Helenismo na Bactria e na Índia. Enquanto W.W. Tarn publicou, em 1938 (1951), *The Greeks*

in Bactria and India, A. K. Narain editou, em 1957, *The Indo-Greeks*. Ambas as obras são tentativas de reconstruir a história dessas áreas geográficas, com enfoque nas genealogias dinásticas, a partir das fontes escritas, da numismática e de outras evidências disponíveis naquela época. No entanto, cada uma delas é, obviamente, o produto de seu próprio tempo e meio histórico, com todas as idiosincrasias e implicações que essa questão suscita.

Sir W. W. Tarn escreveu como um helenista e reagiu ao tratamento dado em sua época à Bactria, que costumava incluí-la como parte da História da Índia, como o fez, até certo ponto, o próprio Cunningham. A intenção do estudioso, exposta em seu prefácio da primeira edição, foi restabelecer esse tema ao lugar que ele acreditava pertencer:

Um capítulo perdido da História Helenística. Era chegada a hora de alguém com algum conhecimento do mundo Helenístico conseguir colocar em ordem o *lado grego mais importante* (grifo nosso), pois vemos quão freqüentemente o orientalista fica limitado por não conhecer o que existe; e é inútil esperar por um estudioso que tenha um conhecimento crítico adequado de ambos os lados, ou mesmo de todos os lados, pois ele ainda não nasceu (...). Na história indiana o episódio do domínio grego não tem significado; ele é, na verdade, parte da história do Helenismo e é ali que reside seu significado. (...) Uma das infelicidades da história antiga é que nós ficamos hipnotizados em escrever como se a importância da coisa fosse de alguma forma proporcional à quantidade de informação que sobreviveu da mesma (TARN, 1951: xii, xx).

A perspectiva eurocêntrica de Tarn, que impôs uma primazia da história da Bactria e da Índia à obra dos gregos certamente foi exagerada, mas ao mesmo tempo é compreensível. Essa era a perspectiva comum a muitos estudiosos europeus daquela época. Sua obra é ao mesmo tempo colossal e minuciosa, algo extremamente meritório em se tratando de um tema cujas fontes eram, e continuam a ser, consideravelmente fragmentárias. Além disso, é preciso observar que o estudioso escreveu sem ter a comprovação da existência das cidades gregas na região bactro-gandhariana, que somente foram atestadas pela Arqueologia décadas mais tarde.

Cabe lembrar que, durante o início dos estudos sobre a região bactro-gandhariana, os pesquisadores não tinham conhecimento da existência de colônias gregas e da presença concreta do Helenismo nesse território. O próprio Foucher (1942, I, p.64-83), diretor da Delegação Arqueológica Francesa no Afeganistão (DAFA), em 1925, após um ano e meio de pesquisas na região, considerou a possibilidade da existência de um helenismo bactriano apenas uma *miragem*. Depois da descoberta de um complexo de templos Kushan em Surkh Kotal, no vale afegão do rio Qunduz, o professor Schlumberger, então diretor do DAFA, postulou em 1951 a existência de uma cidade helenizada na Bactria (SCHLUMBRGER, 196. Mas foi somente após a descoberta das ruínas gregas de Ai-Khanum na margem afegã do rio Oxus, em 1964, que essa teoria foi

efetivamente comprovada.

Durante a primeira metade do século XX, a obra de Tarn havia sido aclamada entre os estudiosos ocidentais como a história *verdadeira* daquela área geográfica o que causou um sério desconforto entre os acadêmicos indianos.

Em 1947, a Índia havia finalmente conquistado a independência do jugo colonial britânico. Assim, o postulado de que o surgimento e desenvolvimento da região bactro-gandhariana devera-se à civilização helênica, seguia o mesmo princípio legitimador a que a célebre Teoria da Invasão Ariana da Índia se prestara durante o período colonial.

Os estudos filológicos europeus, realizados a partir do final do século XVIII, haviam verificado uma relação, até então, desconhecida entre o sânscrito e as demais línguas de origem indo-européia, o que derivou na importante teoria de uma origem comum do grego, latim e sânscrito, entre outros idiomas, postulada pelo filólogo Sir William Jones, então Chefe de Justiça da Companhia das Índias e fundador da *Royal Asiatic Society of Bengal*, no célebre discurso proferido em 1786, publicado no *III Anniversary Discourse of the Royal Asiatic Society of Bengal* (JONES, 1788: v. I, 415-431).

Segundo essa teoria, os povos cujos idiomas se desenvolveram a partir de uma origem proto-indo-européia (PIE) comum foram denominados indo-europeus (IE). Foi postulado que essa população estava estabelecida, por volta de 4.500 a.C., na região do Mar Cáspio e nas estepes da Eurásia. Mais tarde, ela teria se dividido em clãs e migrado, com seus cavalos e armas, para diferentes lugares. Esses grupos pastoris que rumaram para o Oriente, cuja língua era do ramo indo-iraniano, alcançaram a Ásia Menor, o Irã e, finalmente, a Índia.

A partir dessa premissa, o arqueólogo Mortimer Wheeler (1947: 78-82) sugeriu que o declínio e, subsequente, “desaparecimento” da civilização do Vale do Indo ocorrera durante o segundo milênio a.C. e fora decorrente de uma suposta “invasão dos povos indo-arianos”, por volta de 1500 a.C. O que inicialmente era apenas uma hipótese transformou-se em um postulado amplamente aceito, reiterado pelo meio acadêmico, na maioria das vezes, ocidental, mas também indiano, e que ficou conhecido como a Teoria da Invasão Ariana. Como não podemos deixar de lembrar, Wheeler, que foi diretor do *Archaeological Survey of India*, estava a serviço da Coroa britânica. Nesse sentido, é inevitável considerar que sua teoria refletia uma visão pautada pela ideologia colonialista do período e, mais que isso, justificava a própria situação em que se encontrava o país: *invadido por uma civilização superior* (grifo nosso). Tal ideologia, de caráter eurocêntrico, determinou a preponderância dos indo-arianos na formação da civilização indiana e procurou impor uma visão hegemônica à esta nação, que estava então, sob o domínio britânico. Cabe, no entanto observar, que essa teoria que causou e ainda causa grande controvérsia, já não é mais aceita pela maior parte dos acadêmicos dessa área (ver ALDROVANDI, 2006: 204-228)

Em relação à apropriação helênica da história da região bactro-gandhariana, postulada por Tarn, ele próprio um britânico, A. K. Narain apresentou, em 1957, uma resposta que buscava re-

inserir a temática no campo da História da Índia. Em sua argumentação, que tomou por base as fontes textuais indianas, o estudioso afirmou que a constituição dos reinados greco-bactrianos e indo-gregos não havia sido a mesma dos estados Helenísticos e que a Bactria não era, portanto, o “quinto estado Helenístico”, como afirmara Tarn anteriormente. Também dentro de uma perspectiva etnocêntrica, ele reivindicou o retorno da história desses territórios ao corpo histórico indiano. Para esse estudioso os gregos apenas “vieram, viram, mas a Índia conquistou” (Narain, 1957:11), assim essa área geográfica e, portanto, seu desenvolvimento fazia parte da História indiana.

As motivações de cada um dos lados criaram uma rivalidade pela primazia – helênica ou indiana –, e forçaram uma cisão que acabou por prejudicar os estudos sobre a região. Ao invés de considerar ambas as influências partes inerentes da história bacto-gandhariana, os acadêmicos preferiram permanecer divididos. Se por um lado, a Bactria e partes do noroeste da Índia antiga, fizeram parte de um estado helenístico por cerca de dois séculos, a presença e influência indiana nesta região também é inegável, assim, como a existência de outras populações importantes à compreensão contextual da mesma, como os próprios iranianos. Trata-se, nesse sentido, de uma história de todos os povos que ali viveram e não narrativas encapsuladas em disciplinas acadêmicas de um ou outro viés.

Embora as interpretações de Tarn e Narain estejam defasadas, seus levantamentos a partir das fontes primárias clássicas e indianas são fundamentais à compreensão da história bacto-gandhariana, desde que mantidas as devidas ressalvas quanto às suas limitações contextuais e levada em consideração a grande quantidade de evidências mais recentes que surgiram desde a primeira edição das duas obras. Essas evidências deveriam-se em Grande parte às pesquisas arqueológicas no Afeganistão, na Ásia Central soviética, no Paquistão e na Índia.

Os historiadores mais recentes a tratar do tema bacto-gandhariano, como F.L. Holt (1988; 1999), procuraram incluir essas informações em suas pesquisas e refinar as teorias propostas por seus antecessores. Como lembrou esse pesquisador: “embora qualquer história nova sobre a Bactria tenha a vantagem das informações recentes, não é possível preencher todas as lacunas ou responder ainda certos tipos de questões sobre as realizações internas desse estado” (Holt, 1988:5).

Ainda assim, na maior parte dos casos, os historiadores mantiveram suas narrativas muito centradas nas fontes escritas e as evidências arqueológicas são geralmente citadas para reforçar suas teorizações. Outro ponto importante é que, apesar das críticas, Tarn (1951) permaneceu como obra de referência nesses estudos e continua a ser citado de modo recorrente.

A questão é que não existem narrativas primárias extensas sobre a antiga Bactria a partir das quais uma reconstrução de sua história possa ser fundamentada. Essas fontes não se preservaram e aquilo que restou possui um caráter muitas vezes fragmentário e indireto. Os historiadores utilizaram, em grande parte dos casos, obras mais antigas de outros escritores e

nem sempre mantiveram seu caráter original.

As reconstruções históricas realizadas a partir do século XX basearam-se fundamentalmente em genealogias dinásticas resgatadas a partir da coleção numismática proveniente da região bactro-gandhariana, que teria fornecido “muito mais informação histórica do que geralmente ocorre com as moedas gregas” (cf. Tarn 1951: xxi).

Por sua vez, os historiadores clássicos cujas obras forneceram informações sobre a região bactro-gandhariana são principalmente aqueles que registraram as campanhas de Alexandre e as expedições e embaixadas dos reis selêucidas. Eles são Arriano da Nicomédia, Quinto Cúrcio, Diodoro Sículo, Justino, baseado na obra de Pompeio Trogo e Plutarco de Caironea. Além deles, algumas informações são fornecidas por Heródoto, Políbio e Amiano Marcelino. Entre os geógrafos estão Estrabão, Claudio Ptolomeu, Isodoro de Charax e as descrições de Megástenes, embaixador de Seleuco em Pataliputra, preservadas no *Anabasis* de Arriano. Temos também excertos com várias observações e indicações nas obras de Plínio, o velho [*História Natural*], e de Stephanus [edições impressas pelo francês Henri Estienne (1531-1598), que se auto-denominava Stephanus].

De acordo com Tarn (1951: 44), foram quatro escritores do período Parta que forneceram informações aos historiadores clássicos sobre a região da Bactria, três deles eram historiadores e um geógrafo. O mais antigo foi Apolodoro de Artemita, uma cidade grega a leste do Tigre. A rota principal dessa cidade seguia em direção ao leste de Seleuceia e se bifurcava, a rota mais importante ia por Ecbatana até a Bactria e o noroeste da Índia; a outra seguia pelo sul através de Susa até o Sistão e o baixo Vale do Indo. Esse historiador escreveu uma História da Pártia, que incluiu uma História da Bactria grega até a conquista nômade e também a conquista grega da Índia. Ele foi a fonte regular de Estrabão sobre o Oriente distante durante o século II a.C. Sua narrativa sobre o avanço grego até o Ganges e Pataliputra pode ser comparada à uma narrativa indiana. Ele teria vivido entre a conquista da Bactria em c. 130 a.C. e a morte de Mithridates II da Pártia em 87 a.C.

Um outro historiador forneceu uma narrativa diferente da conquista da Bactria pelos nômades. Não se conhece seu nome, nem sua cidade de origem, apenas que teria escrito entre 110 a.C. e 80 a.C. Sua obra foi uma História sobre todo o Oriente grego e parta. Tarn (1951: 46) lembra que “enquanto Apolodoro chamava um dos povos nômades de *Asii* (forma substantiva) ele os nomeava na forma adjetiva (iraniana) *Asiani*, o que os diferencia”. O historiador, que o considera “mais importante que Apolodoro”, o chamou “a fonte de Trogo”, i.e. a fonte usada por Trogo para a Pártia e o Oriente distante [Justino XLIII, I.1], mas como observou Tarn (1951: 47), “sua narrativa sobreviveu em outras obras além daquela de Trogo, como nas observações em Plutarco sobre o Oriente e em poucos excertos nos escritores Helenísticos tardios”. Essa fonte chegou até nós por meio de Justino, “mas ele não é acurado em relação ao Oriente, não resumiu sua fonte corretamente e não tinha um interesse realmente histórico, chega a omitir capítulos

inteiros de Trogo sobre o Oriente distante” (Tarn, 1951: 47).

Uma outra obra que pode ter preservado sua narrativa é, segundo o historiador, a de Gerônimo, que forneceu a lista das satrapias do império de Alexandre, citado por Diodoro [XVIII, 5-6]. Outros fragmentos dessa fonte ficaram preservados na obra de Ptolomeu sobre o Império Indiano durante a era de Demétrio ou Menandro [Plutarco, *Moralia*, 821D; Trogo *Prologi*, XLI]. Acredita-se que ele tenha viajado extensamente [Justino XLI, 5.2-4] e passado um tempo considerável na Índia, por volta do ano 100 a.C., devido ao “conhecimento profundo que possuía sobre o país e de fontes escritas da época” (Tarn, 1951: 48). Na verdade, Tarn (1951, 49) observou não saber “se ele era um grego da Pártia que viveu um tempo na Índia, ou um grego da Índia que no final da vida viveu na Pártia”. Sua narrativa sobre a Bactria se estende até a conquista nômade [Trogo, *Prologi*, XLI, XLII].

O terceiro historiador é um grego desconhecido que foi a fonte principal de Plutarco em sua *Vida de Crasso*. De acordo com Tarn (1951:51), ele escreveu entre 53 a.C. e 36 a.C., mas seu trabalho parece ter sido mais uma monografia bastante detalhada sobre a invasão romana da Pártia.

O quarto escritor é o geógrafo, Isidoro de Charax (Charax de Hypsaosines), a cidade no Tigris, sucessivamente, a Alexandria e a Antioquia, que no final do século I a.C. era capital de Characene e um grande entreposto comercial do Oriente. Ele teria vivido no século I d.C. e usou termos técnicos acurados em seus levantamentos, muito úteis para a presente pesquisa: *polis* (cidade), *kome* (vila), *komopolis* (cidade nativa muito grande para ser uma vila mas sem a organização da pólis grega) (cf. Tarn, 1951:48).

Nesse sentido, as fontes escritas indianas, por vezes preservadas apenas em traduções chinesas ou tibetanas, também preservaram elementos importantes sobre a definição e dimensões das cidades, principalmente em relação às ocupações indo-gregas, mas não fazem parte do levantamento aqui presente.

Entretanto, foram certamente os resultados obtidos a partir das pesquisas arqueológicas a abordar essa região que trouxeram uma nova luz à reconstrução histórica preexistente e muitas vezes esclareceram ou questionaram as próprias fontes escritas. De qualquer maneira, as abordagens mais recentes apontam para uma perspectiva mais equilibrada. A pesquisa em perspectivas diacrônicas mais amplas que aquelas estabelecidas pelos estudiosos mais antigos – como Tarn e Narain –, que iniciaram suas reconstruções a partir da fundação da monarquia bactriana na metade do século III a.C. –, permitiram um redimensionamento das forças que atuaram anteriormente na região e que, como colocado por Holt (1995: 6), ainda de modo bastante etnocêntrico, “culminaram no reino greco-bactriano”.

II.1 Satrapias, Distritos e Cidades: fundações, usos e funções dos assentamentos greco-bactrianos a partir das fontes textuais

O principal autor a trabalhar da reconstrução das formas de ocupações urbanas em território greco-bactriano e sobre os usos e funções das mesmas foi Tarn (1951; 1952) e os estudiosos posteriores, de modo geral, seguiram sua exposição teórica.

De acordo com o Tarn (1951: 1), o modelo administrativo seguido pelos greco-bactrianos baseou-se nas eparquias, presentes nos assentamentos selêucidas. O sistema administrativo selêucida era composto pelas satrapias (províncias) governadas por um *strategos*. Essas províncias eram formadas por um certo número de eparquias, que compunham suas subdivisões administrativas mais importantes; que, por sua vez, eram formadas pelas hiparquias, os distritos com um certo número de cidades e vilas, divididos em *stathmoi*. Um *stathmos*, originariamente um posto nas estradas principais, era em época Helenística um centro, um posto fortificado, que, administrativamente, servia para o registro de terra (cf. Tarn, 1951: 1-2).

A eparquia teria sido uma inovação selêucida, mas é provável que tenha origem aquemênida, pois *a priori* a base comum das divisões administrativas ptolomaicas e selêucidas teria sido originalmente persa. Os historiadores de Alexandre, por sua vez, não mencionam eparquias, mas eles usam alguns nomes de eparquias da mesma forma que os historiadores mais tardios, acostumados com essa nomenclatura (ver Tarn 1951: 1).

Quando o império Selêucida foi desmembrado, as eparquias e não as satrapias é que teriam sobrevivido e a administração selêucida teria sido implantada em uma grande parte da Ásia. Nos estados que sucederam os selêucidas, como a Bactria e a Pártia, as eparquias se tornaram as satrapias, i.e., as divisões administrativas primárias dos novos reinados. Os nomes das eparquias podiam ter várias origens: podiam ser nomes de cidades, ou o nome de um clã ou, na maioria dos casos, de um distrito.

Uma das razões apontadas por Tarn (1951: 2), para o surgimento da eparquia, no século I a.C., como unidade geral da organização da nova Ásia foi que ela era freqüentemente uma divisão natural, ditada pela geografia, enquanto as satrapias não o eram. Um exemplo disso seria a própria Bactria que incluía o norte da Sogdiana e Merv, regiões não ligadas geograficamente à mesma. Assim, as eparquias podiam variar muito de tamanho. As satrapias, por vezes, incluíam os clãs das montanhas. Esta pode ter sido a razão, pensou Tarn (1951: 3) “para que o *strategos* selêucida retivesse um status militar enquanto a sua contraparte ptolomaica se tornou um oficial civil”.

Mesmo antes da dissolução final, cada satrapia era praticamente autônoma e podia facilmente cuidar de si mesma, como o fez a própria Bactria. O governante de uma eparquia, como o da satrapia, possuía uma estrutura administrativa estabelecida. Durante o período selêucida, o rei estava acima dos confrontos de nacionalidades e credos. Ele tinha o poder de nivelamento entre gregos e asiáticos, mas não se tratava de algo equilibrado. De acordo com Tarn (1951: 5), Seleucos e seu filho Antíoco I conheciam as fraquezas do império e de sua posição

sobre a vasta herança oriental, eles trabalharam para remediar essas lacunas de modo a preencher o território com assentamentos gregos. Nem esse historiador, nem Holt (1988: 87) acreditavam que os selêucidas tivessem uma intenção deliberada de helenizar a Ásia, seu propósito não era difundir a cultura grega ou transformar asiáticos em gregos, mas fazer de seu império fragmentário um Estado poderoso. Para Seleucos, um estado forte significava contar com o apoio de sua própria gente. A dinastia era popular, a lealdade dos governantes greco-macedônicos para com a pessoa do rei tornou-se notória. Mais tarde, esse império se tornou um complexo de cidades-estado quase autônomas e contíguas, todas sob o governo de um rei que gerenciava a política e a segurança da região.

Por sua vez, a base do assentamento selêucida era a colônia militar e não a pólis grega. A colônia militar data da época de Alexandre (ver Holt, 1988: 7-8). Tradicionalmente, o grande rei macedônio fundou 70 *cidades*, mas poucas podem ser identificadas e certamente elas incluíam as colônias militares. O mesmo é verdade sobre muitas cidades atribuídas a Seleucos.

Uma colônia militar era fundada com antigas tropas, por vezes de mercenários, ou por homens que desejavam servir o rei. Normalmente, mas nem sempre, a colônia era fundada em uma vila autóctone ou ao lado da mesma. A colônia militar, no início tinha o nome original da vila em que tinha sido fundada. Muitas delas mantiveram seus nomes autóctones mesmo quando se tornaram pólis. Mas se a maioria dos colonos provinha de um mesmo lugar, eles freqüentemente re-nomeavam a colônia com o nome da metrópole.

A fundação, geralmente, era realizada pelo governante provincial, por ordem do rei. O rei devia fornecer a terra e o dinheiro, mas podia delegar o trabalho a um subordinado, no entanto, esse subordinado não podia fundar uma pólis (Tarn, 1951: 6). Durante a fundação, cada colono recebia um *cleros*, isto é, uma porção de terra e a obrigação de servir o exército quando necessário. Portanto, o nome *cleruquias* – aquele que tem um *cleros* –, era o nome usual utilizado no período Helenístico para aquele que residia em uma colônia militar. O *cleros* do período clássico difere do sentido em que foi empregado mais tarde, pois se referia apenas à divisão da terra de uma nova cidade entre os cidadãos e não tinha relação com o serviço militar.

O objetivo principal da colônia militar era, naturalmente, a defesa do território e servir de base para o expansionismo. Aquelas situadas na Bactria-Sogdiana, fundadas por Alexandre, teriam de acordo com os historiadores, a função de proteger as fronteiras contra os nômades, por isso elas eram, necessariamente, fortificadas. Na Ásia Menor, esse tipo de colônia era chamada *koinon* [Políbio, X. 27.3]. O assentamento militar era uma fundação planejada. De acordo com Tarn:

No mediterrâneo, a grande maioria dos colonos era grega ou macedônica, mas quanto mais a leste se estava, mais esse elemento tendia a escassear. Houve casos em que os gregos, quando existiam, eram uma pequena minoria. Um

exemplo disso é a cidade de Avroman, no Kurdistão, cujos nomes dos colonos encontrados nos pergaminhos eram todos asiáticos, mas na qual o grego era a língua oficial durante o século I a.C. O propósito da colônia militar era o de se tornar uma pólis. No Oriente, isso significava uma cidade, não necessariamente de nacionalidade grega, mas com uma organização e formas cívicas gregas. O crescimento contínuo das colônias e sua transformação em póleis teria sido o fenômeno que, antes do final do século II a.C., preencheu a Ásia com cidades gregas. Da mesma forma que no mundo grego ocidental é difícil em certos casos definir a distinção entre uma colônia militar e uma pólis, a questão central parece ter sido a maior autonomia dessa última. A muralha, utilizada por alguns estudiosos como um elemento definidor da pólis, muitas vezes já existia de qualquer modo (TARN, 1951: 8).

Ainda segundo Tarn (1951: 9), para constituir uma cidade como pólis devia haver pelo menos um conselho, uma assembléia, uma divisão da população grega em clãs e a conseqüente rotatividade das pritânias. O outro fenômeno dessa divisão era uma magistratura eleita e, quase certamente, um *gymnasium*. Como exatamente essa mudança ocorria não se sabe. Houve casos, observou Tarn (1951: 10) em que o rei ampliou propositalmente uma colônia e transformou-a formalmente em polis. Geralmente, o assentamento deve ter crescido além de sua forma de *koinon* e exigido a mudança.

Em relação à nomenclatura das cidades, no Oriente distante os nomes gregos e macedônios das localidades eram mais raros. Argos, na Bactria-Sogdiana [Plínio, VI. 159] é possivelmente um dos poucos que sobreviveu e, na Índia, dois nomes cretenses parecem ser tudo o que se preservou. Os nomes terminados em –pólis, como Alexandropólis, Dionisopólis, Macedonopólis, são quase certamente nomes dados pelos próprios colonos, quer para reivindicar uma linhagem que vinha do próprio Alexandre, ou para honrar um deus ou a si mesmos. Uma observação interessante feita por Tarn (1951: 11-12) é que, algumas vezes, algumas cidades novas fundavam colônias com o mesmo nome. Ele cita, por exemplo, a “Calliope” na Índia, que deve ter possuído colonos da “Calliope” na Pérsia. Não é possível determinar a quantidade de vezes que isso ocorreu, mas o fato de novas cidades terem sido capazes de fundar colônias é, em si, bastante relevante.

Algumas cidades recebiam nomes secundários ou populares, espécies de “apelidos”. No Oriente, esses nomes secundários eram muitas vezes mais conhecidos que os próprios nomes dos assentamentos. Tarn (1951: 14) fornece exemplos, como Prophtasia (a “Antecipação”), no Sistão; Zarangians (na Drangiane ou Zarangiane), a Zarin, em Isidoro; Aris, na *Tabula Peutingeriana*; a Zarang medieval. Prophtasia era um apelido dessa cidade, em alusão à conspiração de Philotas. O nome oficial Alexandria foi preservado pelo historiador chinês Pan-ku, que chamava o Sistão de O-ik-san-li, uma palavra que seria a tradução chinesa de Alexandria.

Existiam também nomes étnicos: a Antioquia dos “sírios” (Merv); a Heracleia dos “aqueus” – que se referiam às grandes quantidades desses indivíduos entre os colonos. Não foram apenas os escritores tardios que utilizaram os “apelidos” das cidades, pois Políbio[XV, 30.6] faz o mesmo com “Siryx”; ele diz expressamente este é um “apelido”. A narrativa do historiador menciona o seguinte:

O selêucida Antíoco III, ao se dirigir ao Oriente pela rota principal entre Ecbatana-Hekatompylos e Bactra, tão logo entrou na Hyrcania, chegou à cidade de Tambrax (i.e. do governante parta da Hyrcania), sem muralhas e com um palácio e, perto dela, havia uma pólis chamada Siryx, um lugar muito poderoso. A cidade tinha três fossos [Políbio X, 31-8] e foi bastante difícil para Antíoco subjugar-la. Apenas Siracusa, no mediterrâneo, também tinha três fossos. Outra cidade, mais conhecida, é Bucéfala, nome atribuído à Alexandria no Jhelum e, tradicionalmente, fundada por Alexandre no lugar em que Bucéfalo morreu [Arriano V, 19.4-6]. (TARN, 1951: 15).

As cidades do Oriente que eram definidas como póleis – cidades com organização grega – teriam pertencido, segundo Tarn (1951: 16-17) a duas categorias distintas: uma propriamente grega e outra não-grega. Entretanto, apesar dessa definição nos parecer por várias razões um tanto problemática.

A primeira categoria, de acordo com o historiador, era formada pelas cidades que ele chamou “realmente gregas”, embora é claro, ele próprio lembre que as mesmas deviam ter contido mais estrangeiros que uma cidade na Grécia antiga, como Susa, a Seleuceia no Eulaeus. Essas cidades tinham um ginásio, um estádio e, supostamente, um teatro.

No entanto, Tarn (1951: 17) observou que todas essas cidades deviam conter muitos não-gregos dentro de suas muralhas, mesmo que eles vivessem em grande parte nos subúrbios extramuros. Uma questão interessante seria compreender como os povos autóctones se organizavam dentro dos muros dessas cidades. Entretanto, esse tipo de informação que remete a questões de etnicidade é difícil de ser recuperada, tanto histórica quanto arqueologicamente.

Para esse historiador, eles se organizavam de acordo com sua nacionalidade, em grupos quase autônomos ou corporações chamadas *politeumata* ou *catoeciae*, essa última talvez fosse o nome mais usual na esfera selêucida (TARN, 1951: 18). É provável que, no início, as Alexandrias na Ásia não fossem propriamente póleis, mas na verdade uma coleção de *politeumata*, sendo a grega a mais importante. De qualquer modo, sob o domínio selêucida, as Alexandrias se tornaram póleis. É possível que, nas cidades em que houve uma quantidade suficiente de gregos, eles tenham formado o corpo de cidadãos que constituía a cidade, fornecia os magistrados e que era conhecido pelo nome da cidade, como alexandrinos ou seleucianos.

Diferente das cidades gregas dessa primeira categoria, havia um segundo tipo, o das

idades que possuíam um nome autóctone. Tarn (1951: 18-9) utilizou Isidoro de Charax para levantar o nome de muitas delas. É possível que a maioria tenha se desenvolvido a partir de assentamentos militares com os mesmos nomes autóctones originais. No Oriente existiam colônias militares híbridas ou mesmo não-gregas. Ao menos algumas das pólis com nomes autóctones podem ter tido pouco que fosse grego em si, a não ser a organização e o uso do grego como língua oficial. Não há evidência que os selêucidas tenham criado esse tipo de pólis, embora eles possam ter transformado algumas cidades antigas de renome em pólies com um corpo de cidadãos que era primariamente asiático.

Para Tarn (1951: 19), de modo geral, o tipo não-grego de pólis estaria associada a um rei não-grego. O historiador aponta uma pólis desse tipo, que continha apenas uns poucos gregos, na Sirynx de Políbio, no entanto, ele mesmo observa que não se pode confiar no uso da palavra pólis por esse autor. Curiosamente, o mesmo Tarn (1951: 20) coloca a existência de fortificações na cidade como element indicativo de que “ela não poderia ser nada menos que isso (i.e. uma pólis)”, mas como vimos, a muralha não é necessariamente um fator definidor de pólis. Na explicação romantizada e do estudioso:

A Ásia devia ter sido afetada por um tipo de *atmosfera* grega, nada muito tangível talvez, mas uma perspectiva de vida que fez muitos asiáticos desejarem a forma da pólis grega, quer porque estivesse em voga, quer porque eles a achassem boa em si mesma. Qual a extensão em que a forma de vida urbana grega pode ter se modificado nesse processo não pode ser recuperada: em todas as analogias a probabilidade é que a Ásia tomou a forma grega, mas não o seu espírito (Tarn, 1951: 21).

Nas cidades orientais com nomes autóctones, os cidadãos devem ter sido em grande parte asiáticos, ou não existiriam cidadãos. Também é provável que as pólis gregas tenham admitido asiáticos seletos como cidadãos, pois mesmo no século III a.C. as cidades gregas já o faziam. Tarn (1951: 20) acaba por estabelecer como critério definidor e distintivo entre as duas categorias de pólies orientais o fato do corpo de cidadãos ser primariamente grego ou asiático. De qualquer forma, a questão retorna ao que acontecia aos asiáticos em geral, que viviam intramuros, nas *politeumata*. Mas, não há como afirmar que o grupo de indivíduos que formava uma *politeuma* podia, em última instância, tornar-se cidadão.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das fontes textuais acerca da história bactro-gandhariana, apesar de seu caráter fragmentário, fornece uma compreensão mais ampla não apenas dos usos e funções da colônia

grega como também dos traços comuns, especificidades e idiosincrasias que as cidades greco-bactrianas e indo-gregas apresentaram em relação à sua forma de organização e dinâmica social, política, econômica e ideológica. Tais informações, uma vez conciliadas aos dados arqueológicos corroboram as evidências de que as cidades helenísticas da região bacto-gandhariana não podem ser compreendidas em sua completude se retiradas de seu contexto histórico e geográfico, pois elas são também uma parte indissociável da história das civilizações da Ásia Central e do noroeste da Índia antiga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OBRAS CONSULTADAS

- ALDROVANDI, C.E.V. As exéquias do Buda Shakyamuni: morte, lamento e transcendência na iconografia indiano-budista de Gandhara. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BERNARD, P. (ed.). Fouilles d'Aï Khanoum I. Campagnes 1965, 1966, 1967, 1968. Rapport préliminaire. Mémoires de la Délégation Archéologique Française en Afghanistan, t. XXI. Paris, 1973.
- CUNNINGHAM, A. The Ancient Geography of India. I . The Buddhist Period, including The campaigns of Alexander, and the Travels of Hwen-Thsang. London: Trubner & Co., 1871 (2005).
- FOUCHER, A. La Vieille Route de l'Inde de Bactres à Taxila. Memoires de la Delégation Française en Afghanistan, I, 2 v. Paris: Les Éditions d'Art et d'Histoire, 1942-7.
- HOLT, F. Alexander the Great in Bactria: the formation of a Greek frontier in Central Asia. (Mnemosyne, Supplementum 104). Leiden: Brill Academic Publishers, 1988.
- HOLT, F. Thundering Zeus: the making of Hellenistic Bactria. Berkeley: University of California Press, 1999.
- NARAIN, A.K. The Indo-Greeks. Oxford: Clarendon, 1957.
- SCHLUMBERGER, D. Descendants non-méditerranéens de l'art grec, Syria, XXXVII, 131-66, 253-318, 1960.
- TARN, W.W. The Greeks in Bactria & India. Cambridge: Cambridge University Press (1938), 1951.
- TARN, W.W. e GRIFFITH, G.T. Hellenistic Civilization. London: Edward Arnold & Co., 1952.
- WHEELER, R. E. M. Harappan Chronology and the Rigved, Ancient India, 3: 78-62, 1947.

Recebido em 28/10/2008.

Aprovado em 22/11/2009.